

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO PDS SEPÉ TIARAJÚ: BLOQUEIOS E PERSPECTIVAS

Priscila Maia de Oliveira¹

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Resumo: Este artigo parte do pressuposto de que os novos arranjos vivenciados pelos homens e mulheres assentados são estimulados pela gestão social do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – instrumento dinamizador das capacidades individuais e coletivas, de acordo com a abordagem das capacidades de Amartya Sen, ao analisar o desenvolvimento. São descritos os processos (perspectivas e bloqueios) vivenciados por tais sujeitos quando da implantação do Assentamento, bem como a implementação do PAA: reorganização social e política; sistemas produtivos e geração de renda; e a participação das mulheres (importantes agentes do desenvolvimento) neste contexto. A partir da vivência e análise das informações levantadas através do estudo de caso realizado, foi possível constatar que o PAA contribuiu para o desenvolvimento da comunidade, possibilitado pela ampliação das liberdades individuais e coletivas dos homens e mulheres assentados e suas organizações sociais.

Palavras-Chave: Políticas públicas; Cooperativas; Doação simultânea.

Abstract: This paper explores the premise that the social aspects of the Food Acquisition Program (PAA) – that is a dynamic tool for analyzing individual and collective capabilities, in accordance with the approach of Amartya Sen, when evaluating the development – contribute to encouraging men and women in the Sepe Tiaraju Settlement to adopt new measures and

¹Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIARA.

²Socióloga. Pesquisadora 1A CNPq. Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara – UNIARA. mestrado@uniara.com.br

practices. Thus, the processes (including perspectives and barriers) experienced by these individuals during the period of implementation of the settlement are described - these processes were used to better understand, in a historical perspective, the analyzed experience – as well as the implementation of the PAA: social and political reorganization; productive systems and income generation; and, the participation of women (key actors in the development process) in this context. For this research, an exploratory case study was conducted to analyze gathered data and experiences, and it was found that the adaptation of new social, political, productive, and economic arrangements have contributed to the development of the community – although some barriers still remain – which allowed for the expansion of individual and collective autonomy of men and women settlers and their social organizations, creating new linkages (synergistic) within and between communities with external actors.

Keywords: *Public policy; Cooperatives; Simultaneous donation.*

Introdução

A região de Ribeirão Preto é mundialmente reconhecida pela consolidação e expansão dos complexos agroindustriais, que se deu através dos grandes monocultivos de cana-de-açúcar e usinas de açúcar e etanol, bem como pela quase erradicação da agricultura familiar. Nesse contexto, os assentamentos de reforma agrária se apresentam como um espaço de produção da vida em seu sentido mais pleno - aquele que trata desde a re-construção do ser humano, a partir do resgate das histórias e cultura de cada um, até a recomposição da paisagem, onde os monocultivos passam a dar lugar à produção de alimentos.

Uma vez assentadas, as famílias ingressam numa nova etapa da jornada de luta – a busca pela superação da condição de pobreza e inclusão social e a resistência diante das pressões cotidianas dos complexos agroindustriais. Assim, a transformação da área de assentamento em um espaço de produção de vida, parte essencialmente das estratégias adotadas pelas famílias assentadas ao longo do tempo. Estratégias essas que definem a forma de organização do assentamento, aqui compreendida às dimensões social, cultural, ecológica, econômica, produtiva e política.

O estímulo e valorização dessas estratégias durante a implementação do conjunto de políticas direcionadas aos assentamentos de reforma agrária refletem-se no estímulo à expansão das capacidades individuais e coletivas das famílias.

De acordo com Grisa (2009), a não participação dos atores sociais no processo de definição dos objetivos, estratégias e metodologias, bem como a desconsideração de suas concepções de pobreza e desenvolvimento, são possíveis causas para saldos negativos nos resultados de projetos de desenvolvimento local.

Para Mattei (2007), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi, juntamente com o Programa Bolsa Família, uma iniciativa governamental com o objetivo de estruturar políticas de combate à fome e à pobreza no país. Em concordância com o autor, Turpin (2009) acredita que a instituição do PAA representou a criação de um mecanismo inovador de incentivo à agricultura familiar, produtores assentados da reforma agrária e pequenas agroindústrias, por meio da compra de sua produção.

O PAA, em suas diversas modalidades, visa garantir o direito básico à alimentação para as pessoas que vivem socialmente em situação de insegurança alimentar e nutricional, destinando os produtos adquiridos para diferentes segmentos sociais (alimentação escolar nos municípios; alimentação em Creches, Abrigos, Albergues, Asilos e Hospitais Públicos; formação de bancos de alimentos; utilização em restaurantes populares e em cozinhas comunitárias); ao mesmo tempo em que procura fortalecer o setor da agricultura familiar, gerando emprego e renda no próprio meio rural. Com isso, pretende-se promover o desenvolvimento local, através da realização da produção na própria região produtora (MATTEI, 2007).

De acordo com estudos (Delgado, Leite, Maluf, Mattei, Turpin, entre outros) já realizados, o PAA se apresenta como uma política afirmativa para os grupos socialmente vulneráveis, podendo contribuir, inclusive, para a o fortalecimento dos sistemas locais de segurança alimentar.

Nesse sentido, é possível afirmar que tal programa retira-se de ser simplesmente uma política de doação de alimentos e se condiciona como instrumento para o desenvolvimento das capacidades (individuais e coletivas) de determinados grupos sociais onde os mesmos demandam e solicitam sua divulgação, a apropriação de ferramentas de gestão e principalmente, sua organização social.

Este artigo busca refletir sobre a reestruturação social, produtiva, econômica e política das famílias assentadas no Assentamento Sepé Tiarajú. Parte do pressuposto de que os novos arranjos vivenciados pelos homens e mulheres assentados são estimulados pela gestão social do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – instrumento dinamizador das capacidades individuais e

coletivas, de acordo com a abordagem das capacidades de Amartya Sen, ao analisar o desenvolvimento. Assim, são descritos os processos (perspectivas e bloqueios) vivenciados por tais sujeitos quando da implantação do Assentamento – a partir do qual se busca compreender, numa perspectiva histórica, a experiência analisada – bem como, a implementação do PAA: reorganização social e política; sistemas produtivos e geração de renda; e a participação das mulheres (importantes agentes do desenvolvimento) neste contexto.

PDS Sepé Tiarajú: uma breve contextualização de sua formação

A desapropriação da Fazenda Santa Clara foi fruto de muitas lutas articuladas a partir das ações das famílias acampadas, dirigentes do MST, militantes da reforma agrária da região – articulados pelo grupo Amigos do MST, bem como do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pela Superintendência Regional de São Paulo.

Partindo da experiência de outros assentamentos de reforma agrária da região, cuja reprodução da vida material e imaterial das famílias assentadas fora fortemente comprometida pelas pressões exercidas pelo capital agroindustrial – resultando nos arrendamentos de terras para as usinas de açúcar e álcool – bem como pelo forte compromisso com a questão ambiental, por se tratar de uma área de recarga do Aquífero Guarani, a viabilização do Projeto de Assentamento na Fazenda Santa Clara fora posta em questão. O relativo insucesso das experiências anteriores (FERRANTE, BARONE, 2008) pesava sobre as decisões tanto do INCRA, quanto do Ministério Público, os quais, de acordo com Scopinho (2009) ponderavam: o elevado preço da terra, devido à localização; o perfil majoritariamente urbano das famílias acampadas; a proximidade do assentamento a grandes centros consumidores, que por um lado, facilitaria o escoamento da produção, mas, por outro, implicaria enfrentar a forte concorrência no mercado agropecuário, o que poderia acarretar o fracasso do projeto, o endividamento dos assentados e, conseqüentemente, a evasão ou o arrendamento das terras para as usinas da região, tornando-as alvo da especulação imobiliária.

Cientes dos riscos aos quais as famílias assentadas estariam expostas, porém convictos da importância da formação de assentamentos na região, o MST, o INCRA e o Ministério Público passaram a discutir possíveis formas de organização de assentamentos, de modo que tais ponderações fossem inerentes à sua concepção.

Desse modo, em 2004, o INCRA, pela Superintendência Regional de São Paulo, efetuou a compra da área e formalizou a organização do PDS Sepé Tiarajú,

tomando como base experiências desenvolvidas na região Amazônica, pautadas por interesses sócio-culturais, econômicos e ambientais, através dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS)³.

De acordo com Scopinho (2009) as condições essenciais para a oficialização do PDS Sepé Tiaraju foram: conceder o título de posse (e não de propriedade) da terra para evitar a venda e o arrendamento; produzir de modo cooperado e agroecológico para recuperar a área degradada pela monocultura da cana; criar uma empresa social para receber os recursos financeiros e realizar a prestação de contas para o Estado; formar um comitê gestor do assentamento composto por representantes dos poderes públicos estaduais e municipais, dos assentados, de organizações não governamentais locais e do INCRA.

Como forma de assegurar o compromisso firmado entre as famílias ora assentadas, o INCRA e o Ministério Público, ao longo de cerca de três anos os interessados debruçaram-se sobre a elaboração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), publicado em 2007, que dentre os compromissos prevê: a forma de organização territorial do assentamento e a titulação da terra; a forma de organização da produção; as responsabilidades sobre a implantação das infra-estruturas e saneamento básico; a proteção e preservação do meio ambiente; a realização de atividades sócio-culturais.

Embora o TAC seja produto de um acordo coletivo e manifeste compromissos construídos durante anos, compromissos sem os quais o assentamento não se realizaria, os conflitos e dificuldades já se desenhavam no seio da comunidade. E novos dilemas seriam vividos pelas famílias assentadas.

O período de construção do TAC foi bastante conturbado, o MST já contava com o acampamento Mário Lago, outra conquista na região, de onde vieram

³O PDS nasceu da discussão empreendida por técnicos do MMA (Ministério de Meio Ambiente, Conselho Nacional dos Seringueiros), do Centro Nacional de Populações do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e do Incra para atender aos interesses e anseios do governo, dos movimentos sociais e dos demandantes de terras para conciliar o assentamento humano e a preservação de áreas de interesse ambiental como a Amazônia, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável. Uma das principais idealizadoras do PDS foi a missionária norte-americana Dorothy Mae Stang, assassinada em 12 de fevereiro de 2005, na cidade de Anapú, PA, supostamente, por defender os direitos humanos e a preservação ambiental em áreas de conflitos agrários na região amazônica. (Scopinho, 2009).

cerca de 20 famílias para completar o Sepé, junto com mais cerca de 5 famílias do Terra Sem Males, Campinas. A princípio imaginou-se que poderia ser feito um assentamento muito organizado, com uma associação que pudesse agregar todos do assentamento e conceder a posse coletiva da terra, como era previsto no TAC. Esse processo foi muito conturbado, pois as famílias não aceitavam a proposta de apenas uma organização e, que esta administrasse o assentamento. Ela já nascia com nome (AgroSepé) e com presidente. Ela se transformou num monstro! Isso virou um grande problema, criando o constrangimento de o assentamento ter um "dono". Embora existisse uma boa intenção por trás disso, todo o sonho e luta das famílias por ter um pedaço de terra sofria enfrentamento com tal proposta. Assentado, 37 anos.

Ao discorrer sobre a forma de organização do Acampamento Sepé Tiarajú e sua importância para a vida no assentamento, Scopinho (2007) recorre à concepção de assentamento construída pelo MST, qual seja: "(...) núcleo social onde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião, etc (...)" (CONCRAB, 1998, p.26, apud SCOPINHO, 2007), por compreenderem que o acampamento permite a **construção de novas regras de convivência social**, novos valores, uma espécie de escola preparatória para viver no assentamento" (SCOPINHO, 2007, grifo nosso).

Compreender a formação de um acampamento e a transição para assentamento como um caráter processual no qual estão imbricadas para além da convivência social, um conjunto de valores e princípios construídos socialmente a partir das distintas trajetórias de cada sujeito – "os seus construtores eram portadores de uma história cuja característica marcante é a diversidade sócio-cultural"⁴ (Scopinho, 2009, p.262.) – e que acabam por determinar os valores e

⁴Eles eram originários de 106 cidades situadas em 15 diferentes estados brasileiros, das quais 37 (35%) estão situadas no interior do próprio estado de São Paulo. As demais cidades de origem estão localizadas, especialmente, em Minas Gerais (18%), Paraná (16%), Bahia (11,4%), Pernambuco (5,7%), além de vários outros estados nordestinos. Entre deixarem as origens e serem assentados, os trabalhadores passaram por 234 cidades localizadas em 20 diferentes estados, chegando um deles até o Paraguai. Migraram, principalmente, pelas cidades do interior do estado de São Paulo (39%), do Paraná (15,3%), Bahia (8%) Minas Gerais (7,7%) e Pernambuco (6%). (Idem)

princípios destes mesmos sujeitos, foi e continua a ser o grande gargalo dos Movimentos Sociais de luta pela terra. Se o ingresso na luta e o respeito às novas regras de convivência social, construídas coletivamente nos acampamentos, se apresentam como a perspectiva de uma vida melhor, o oposto também se torna verdadeiro, quando da certeza da conquista da terra, a partir da qual o (re)encontro com a lógica da propriedade privada desperta o desejo de cada família definir com razão a sua melhor forma de agir e viver.

Com tais reflexões não há pretensões de desconsiderar a importância do trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST e, nem mesmo afirmar que a revisão (e na maioria das vezes a ruptura) dos valores humanitários, que primam pelo bem estar coletivo trabalhado pelo Movimento durante o período de acampamento, quando da conquista da terra, tenha a ver unicamente com o método adotado, pois há sempre no imaginário das famílias acampadas o medo de que a terra não será conquistada.

Para além dos limites impostos pelo método autoritário adotado pela Direção Regional do MST para a oficialização do PDS e pela posse coletiva da terra que deu origem à AgroSepé, havia também um enfrentamento por parte das famílias à outros conteúdos da proposta do PDS, contidas na formulação do TAC e, que foram revistas, quais sejam:

- Aplicação coletiva dos recursos: todos os recursos (Crédito Apoio à Instalação, PRONAF e demais) deveriam ser acessados e aplicados coletivamente. Por fim, as famílias tiveram a opção de escolher a forma de acesso (individual ou coletivo) e de aplicação dos recursos;

- Tamanho dos lotes: inicialmente se pensou em áreas individuais de 1 hectare e áreas coletivas de 6 hectares. Posteriormente, ficou acordado que seriam áreas individuais de 3,5 hectares e áreas coletivas de mesmo tamanho.

Se os conflitos que permeavam o assentamento estavam, sobretudo, alicerçados sobre o enfrentamento entre as famílias e a Direção Regional do MST, retirando-a de ser a principal referência política no processo de implantação do assentamento, passando o Estado, na figura do INCRA, à condição de protagonista, novas tensões não tardaram a surgir.

Na segunda metade dos anos 2000, o MST/SP passou por um grande período de crise política, agudizada pela disputa de concepções acerca da condução da luta pela terra no Estado de São Paulo, que tinha como pano de fundo o processo de desenvolvimento dos assentamentos. As principais divergências repousavam sobre a relação que o Movimento deveria estabelecer com o Estado, sobretudo com o INCRA. Não pretendemos aqui, aprofundar

tal questão, pois não é o objetivo de nossa pesquisa, mas não podemos deixar de mencioná-la, uma vez que gerou forte instabilidade na relação entre a Direção Regional de Ribeirão Preto e o INCRA, como apontou Promotor de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto, Marcelo Goulart, em entrevista concedida em setembro de 2009, ao então estudante de mestrado José Cláudio Gonçalves, cujo projeto de pesquisa tratou da sustentabilidade ambiental do PDS Mário Lago.

Houve uma radicalização política por parte das lideranças do Movimento Social e por parte dos agentes do INCRA com poder de decidir. Então, houve uma radicalização de lado a lado, de aliados que eram se tornaram adversários (Promotor de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto – entrevista realizada em setembro de 2009). (GONÇALVES, 2010, p.96).

Neste contexto de disputa entre a Direção Regional do MST e o INCRA pelo controle político do Assentamento Mário Lago, principal base assentada do MST na região, as famílias do Sepé Tiarajú foram relegadas a uma total paralisia do processo de implantação do Assentamento – formação das estradas, distribuição de água, construção das casas, bem como de outras atribuições previstas no TAC.

Se por um lado a diversidade sócio-cultural pode impor às famílias assentadas traços de superficialidade nas relações, como analisa Scopinho (2009), por outro, tal característica pode ter sido (e ainda ser) fundamental para a resistência às tensões por elas vivenciadas na relação intra-comunidade, na relação comunidade-Estado e na relação comunidade-Movimento Social, estremecidas durante a implementação das políticas públicas voltadas para a formação do assentamento. Imersas no esquecimento político, as famílias do Assentamento Sepé Tiarajú passaram a lançar mão de estratégias individuais e coletivas para a reestruturação da comunidade. Deram voz às suas demandas e passaram a cobrá-las do Estado, protagonizando, assim, uma nova etapa de suas vidas.

Atualmente, as oitenta famílias assentadas, socialmente nucleadas como fora proposto pelo TAC, ou seja, em quatro Núcleos de Moradia – Chico Mendes, Dandara, Paulo Freire e Zumbi dos Palmares – experimentam uma nova forma de organização interna, que orienta as dimensões da vida política, econômica, produtiva, social e cultural das famílias. Essa nova organização interna conta com a formação de quatro organizações sociais (associações e cooperativas) –

COOPERECOS, COOPERAGROSEPÉ, FRATERRA e COOPERFT, que por sua vez expressam as principais concepções – divergentes, porém, não antagônicas – acerca do desenvolvimento do assentamento e congregam as principais lideranças da comunidade.

As oitenta famílias da comunidade estão vinculadas às organizações sociais por afinidade política, ou seja, são grupos que congregam famílias de diferentes Núcleos de Moradia, e nesses espaços debatem os rumos que definem tanto a atuação desses grupos específicos, quanto os rumos da comunidade como um todo. Os assuntos referentes à vida em comunidade são debatidos (informalmente) nas organizações sociais (associações e cooperativas) e, posteriormente, tornam a serem debatidos e deliberados na coordenação do assentamento - formada por quatro representantes de cada organização social, que na maioria dos casos também representam diferentes Núcleos de Moradia.

Há casos específicos que as famílias de cada Núcleo de Moradia se reúnem e deliberam determinadas questões sem necessitar recorrer à coordenação, como por exemplo, o uso da área social do Núcleo.

Embora a formação de quatro organizações sociais pareça um número exagerado para uma comunidade de oitenta famílias, esta condição é fruto do complexo processo de tensões e disputas políticas que as envolveu.

Nesse cenário dinâmico e conflituoso, o Programa de Aquisição de Alimentos, implementado na comunidade desde 2006, ainda sob a responsabilidade administrativa do Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, entidade jurídica do MST na região – se apresentou (e ainda se apresenta) como um importante estímulo para a re-organização das famílias.

Ao longo dos anos, novos arranjos sociais e políticos – que transformaram as relações intra-comunidade e da comunidade para com o entorno – e novos arranjos produtivos e econômicos – que transformaram tanto a paisagem, quanto a condição de trabalho e renda das famílias – envolvendo os mesmos atores sociais anteriormente citados, culminaram na (e foram possibilitados pela) execução de distintos projetos do PAA, sob a gestão social das quatro organizações sociais formadas pelos assentados.

O PAA associado à construção das liberdades

As pesquisas realizadas evidenciaram as razões pelas quais foram sendo formadas as quatro organizações sociais do Sepé, quais sejam: COOPERFT, COOPERECOS, COOPERAGROSEPÉ e FRATERRA. Quando questionadas sobre a possível influência da gestão do PAA no processo de

(re)organização interna do assentamento, as lideranças políticas afirmaram que houve relação direta entre ambos os processos, como demonstra a fala de uma delas:

Influenciou, assim, no modo de as pessoas se agrupar. Antigamente era um só (Centro de Formação Dom Hélder Câmara), aí depois nós começamos (COOPERFT), aí todo mundo pensou: não...uma forma mais fácil de trabalhar é pegar aquele grupo que convive, assim, com afinidade melhor e, dividimos. Assentado, Diretor da COOPERFT, 48 anos.

A primeira cooperativa a ser fundada no assentamento, após as primeiras tentativas frustradas da AgroSepé, foi a COOPERFT que chegou a agrupar na época de sua fundação, em 2008, mais de 50% das famílias assentadas. Aquelas que não se filiaram à COOPERFT seguiram tendo seus projetos de comercialização junto ao mercado institucional desenvolvidos pelo Centro de Formação Dom Hélder Câmara, quando em 2009, também optaram por fundar suas cooperativas, a COOPERECOS e a COOPERAGROSEP⁵.

De maneira geral, a formação das organizações sociais fora estimulada pela necessidade que as famílias assentadas passaram a ter acerca da participação efetiva na condução das estratégias de desenvolvimento (sobretudo econômico) à elas apresentadas, especificamente pelo PAA.

Na gestão anterior nós não participava muito do processo de construção dos projetos do PAA. Já tinha um grupo organizado (Centro de Formação Dom Hélder Câmara) que fazia toda a gestão dessa organização (do PAA). Nós era um simples produtor que, simplesmente, entregava o produto e, quando saía o pagamento, a gente pegava esse pagamento. Assentado, Diretor da COOPERECOS, 40 anos.

Antigamente, quando era o Dom Hélder, a gente não tinha acesso à nada. Assentado, Diretor da COOPERFT, 48 anos.

⁵ Embora o nome dado à terceira cooperativa formada no assentamento, COOPERAGROSEPÉ, remeta àquela associação mãe (AGROSEPÉ), motivadora de muitos conflitos no assentamento, não há nenhum sentido de continuidade de uma para outra, seja enquanto entidade jurídica, ou quanto ao conteúdo da proposta.

Nós queria que fosse uma coisa do Sepé Tiarajú (...), o que aconteceu de lá pra cá, pras nossas (cooperativas) é que elas deu fruto. Assentado, Diretor da COOPERAGROSEPÉ, 55 anos.

Começamos com o Dom Hélder Câmara, trabalhamos com ele uns dois anos. Aí depois a gente avaliou que tinha que andar com as pernas do assentado (neste período participou da fundação da COOPERFT juntamente com parte do coletivo que migrou pra FRATERRA) e a gente montou a associação. A gente foi aprendendo, aprendendo a fazer projeto, a trabalhar, foi pra isso que o PAA ajudou, a desenvolver. Assentada, Diretora da FRATERRA, 39 anos.

A formação das cooperativas, dada em meio aos conflitos entre as famílias assentadas e a Direção Regional do MST, reforçou o desejo das famílias buscarem maior participação na gestão dos projetos do PAA. Este desejo refletia, para além das condições objetivas, como a garantia de renda, condições subjetivas traduzidas: na falta de identidade com o coletivo da Direção Regional, e a conseguinte necessidade de fortalecer a pertença ao Assentamento Sepé Tiarajú; e na falta de confiança política, ocasionada pela pouca (ou nula) transparência nas relações.

Desse modo, as principais lideranças do assentamento se agruparam segundo suas concepções políticas e projetos de vida futura, polarizando, assim, as forças políticas internas, que passaram a transformar as relações intra-comunidade, bem como as relações estabelecidas entre a comunidade e as forças políticas externas.

Os relatos acerca da formação das diferentes organizações sociais e a conseguinte responsabilização destas pela gestão do PAA, sinaliza o surgimento (ou construção) daquilo que Sen denominou de "liberdades instrumentais" – aquelas liberdades que tendem a contribuir, direta ou indiretamente, para a garantia de modos de vida que as diferentes pessoas desejam ter – quais sejam:

- Liberdade Política: garantida pela oportunidade de as famílias assentadas, e suas organizações sociais, participarem de toda a execução do PAA, ora na condição de executoras, ora na condição de beneficiárias, retirando-as de serem meras fornecedoras de alimentos e pouco conhecedoras do Programa;

- Garantia de Transparência: condição primeiramente oportunizada pela participação das famílias assentadas em todos os momentos da execução do Programa em nível local. Mas, também, conferida pela relação de confiança

estabelecida entre assentados e assentadas de uma mesma associação ou cooperativa, traduzidas por eles como afinidade política.

A fundação das quatro organizações sociais do assentamento fora fortemente estimulada pelo INCRA – cabe aqui lembrar que havia um cenário de crise política entre o MST/RP e o INCRA/SP neste período – não somente como um simples atendimento às demandas técnicas apresentadas à equipe de ATER, mas, sobretudo, por se tratar de uma possibilidade concreta de enfraquecimento da Direção Regional do MST, pela perda desta importante base social.

Os conflitos no Sepé apareceram com maior intensidade pelo fato de as famílias não estarem sob as "chibatás" ou do Movimento Social, ou do Estado, ou de qualquer outra força política. O rearranjo interno, estimulado pelo PAA e pela formação dos grupos, culminou num período de ascensão do Governo Federal e crise do Movimento Social (...) o recuo total do MST – que nunca teve uma política muito forte voltada para os assentamentos, pois a política sempre foi muito tímida, acanhada, centralizadora e com ideias pouco convidativas às famílias assentadas – fica muito claro a partir do segundo mandato do Governo Lula, quando o MST (no estado de São Paulo) acaba se "desmontando", especialmente na região de Ribeirão Preto, mas que obviamente reflete um movimento que ocorre também em nível nacional, quando já não há mais base acampada – que é a base da luta pela terra. As pessoas não topam mais ir para ocupações de terras, a base assentada também passa a perceber que o Movimento Social já não garante mais as suas conquistas. Assim, passam a se organizar de outras maneiras: os presidentes de cooperativas passam a ter contato direto com a CONAB, com o INCRA, com as Prefeituras, com o Ministério Público, com instituições que fazem parte da vida social e política de um assentamento, sem depender mais da intermediação da liderança do Movimento. Assentado, 37 anos.

De acordo com as declarações deste assentado, a implementação do PAA e, a formação das organizações sociais no assentamento, estimulou o rearranjo social e político das famílias assentadas. Tal rearranjo, para além de denotar nova forma de organização, reflete, sobretudo, aquelas liberdades instrumentais anteriormente citadas que contribuíram, por sua vez, para o fortalecimento das instâncias políticas internas do assentamento, especialmente a Coordenação.

Mais uma vez, é possível associar a gestão social do PAA a um conjunto de dinâmicas potencializadoras do desenvolvimento desta comunidade, pois a partir

da reestruturação da Coordenação do Assentamento e da clareza de suas pautas políticas, as famílias assentadas criaram, juntamente com o Ministério Público, especialmente pela atuação do Promotor de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto, Marcelo Pedrosa Goulart, as bases para a retomada do trabalho dos técnicos do INCRA no assentamento (sobretudo daqueles que tinham poder de decisão) e, por conseguinte, do seu processo de estruturação (construção das casas, abertura de poços, construção da escola, melhoria das estradas, etc.), garantindo direitos que até então haviam sido relegados pelo Estado, através do INCRA:

- Acesso à água: após muitas discussões envolvendo o Ministério Público, INCRA e famílias assentadas, ficou definida a perfuração de mais quatro poços artesianos, um em cada núcleo de moradia, para atender a demanda de abastecimento de água do assentamento. Cabe mencionar, que cada núcleo já contava com um poço, no entanto, os mesmos foram perfurados em locais distantes dos depósitos de água, o que tornava o gasto energético para bombeamento extremamente inviável. Contudo, as famílias assentadas ainda sofrem pela não instalação da rede de distribuição da água. Algumas, dada a localização de seus lotes, próximos aos depósitos de água, conseguiram por conta própria sanear os problemas decorrentes desta situação. Mas, aquelas famílias que têm suas moradias em locais de mais difícil acesso à água, seguem com limitações não somente com seus sistemas produtivos, mas também na vida doméstica;

- Moradia: do mesmo modo que as famílias, articuladas junto ao Ministério Público, buscaram sanear os problemas relativos ao acesso à água. Também buscaram resolver os bloqueios que envolviam a construção das moradias, materializados na relação entre elas (famílias assentadas), o INCRA e o HABIS – grupo de extensão da UFSCar, responsável pelo acompanhamento técnico das construções;

- Educação: foi possível garantir a construção de uma escola na área do assentamento de modos a atender a demanda de educação infantil e do primeiro segmento do ensino fundamental. Facilitando assim, o envolvimento das mulheres assentadas nas atividades produtivas remuneradas, bem como o maior rendimento escolar das crianças, especialmente pelo aumento das horas de sono noturno (as crianças de 4 a 10 anos precisavam sair de suas casas ainda de madrugada para chegar às escolas localizadas na cidade de Serra Azul em tempo de assistir as aulas, iniciadas por volta das 07h20min.).

A nova ordem social do assentamento possibilitou que os laços de

sociabilidade e confiança fossem (re)estabelecidos, uma vez que cada organização social pôde, ao longo dos anos, forjar novo conjunto de valores e princípios. As relações intra-comunidade estão mais fortemente estabelecidas e, estas permitiram a criação de um novo tecido social – mais coeso, cujos protagonistas passam a ser as famílias assentadas.

Eu vejo com uma visão bem ampla. Com a formação das cooperativas tirou um pouco do individualismo que tinha aqui dentro (do assentamento). Existe ainda, mas diminuiu muito. Hoje a mente de cada grupo que tem sua cooperativa está mais vinculada com seus cooperados. Não tá entrando mais em disputa, porque teve uma época que entrou em disputa por associado, mas não agora, acomodou. Cada grupo tá trabalhando o seu. Dentro do Sepé já estão definidos os grupos de afinidade, então vejo essa condição que as cooperativas vivem hoje como um aspecto positivo do PAA. Assentado, 40 anos.

Foi o primeiro Programa (PAA) que veio para nos ajudar e, foi a partir dele que a gente foi crescendo. Acredito que o PAA foi o começo de tudo da nossa união aqui dentro do assentamento também. Assentada, 64 anos.

Não se pretende, com isso, afirmar que não haja mais contradições, ou conflitos, entre as famílias assentadas e as forças externas (MST e Estado) na atualidade, embora estes estejam menos latentes que outrora. Nem mesmo afirmar, que esta nova condição fora suficiente para que as famílias do Sepé Tiarajú dessem conta de impor ao Estado, através da atuação do INCRA, a superação dos limites impostos à política de Reforma Agrária. Mas, reafirmar que, no contexto da gestão social do PAA, as famílias assentadas buscaram, a partir da redefinição de suas trajetórias (individuais e familiares), lançar mão de estratégias (individuais e coletivas) que lhes conferissem melhor qualidade de vida, ou seja, maior garantia de liberdades.

Do mesmo modo que, o empoderamento e protagonismo das famílias assentadas e de suas organizações sociais não fora suficiente para superar os bloqueios estruturais provenientes da ação, sobretudo do INCRA, também não fora suficiente para estabelecer novas dinâmicas (e políticas) públicas que pudessem potencializar as ações deste grupo social específico em nível local e regional.

Os governos locais não assumiram o PAA como uma política estratégica

voltada tanto para o enfrentamento da condição de insegurança alimentar dos grupos populacionais socialmente vulneráveis (muito expressivo nesta região), quanto para o fortalecimento de um setor produtivo (assentados) com potencial para estimular a maior dinamização do mercado local. Em algumas localidades, tal Programa, especialmente durante o último ano, não passou de uma possibilidade de acúmulo de forças entre os diferentes grupos políticos a partir da possibilidade concreta de distribuição de alimentos entre os pobres das cidades. Obviamente, que as organizações dos assentados não assumiram ingênua agência neste processo.

A gestão do PAA neste assentamento se dá sob a responsabilidade de cada organização social, uma vez que: articula os assentados, elabora o projeto, estabelece a relação com a CONAB, formaliza o contrato, distribui os alimentos, emite notas fiscais e encaminha para a CONAB para conferência e liberação do recurso, efetua os pagamentos aos assentados e se responsabiliza por todos os eventuais contratemplos que possam surgir durante a execução do projeto, inclusive optando por mudar ou não de parceiros e, conseqüente mente, a sua forma de condução. A contrapartida da Prefeitura, comumente resume-se ao transporte dos alimentos e acompanhamento das distribuições realizadas nos bairros.

Do mesmo modo que o PAA pode apresentar para os governos locais a possibilidade de manobras políticas junto à população local, a mesma condição se coloca para as organizações sociais de assentados que, após compreenderem a sua forma de operacionalização, podem optar, de acordo com os diferentes cenários políticos, os melhores parceiros, e conseqüentemente, local para sua execução. De acordo com relatos dos assentados, a opção pelas Prefeituras se dá pelo projeto político defendido pelo atual governo (Partido Político), pelo envolvimento da Prefeitura com as demandas do assentamento e com a possibilidade de abertura de outros mercados, como os regulares, Feiras Municipais e o PNAE, a serem mais bem detalhados adiante, ainda neste Capítulo.

A trajetória das famílias assentadas do Sepé Tiarajú nos aponta para um conflituoso processo de desenvolvimento, marcado pelos bloqueios impostos pela ação do Estado, bem como por suas perspectivas, que em outra ponta, contribui para a inserção das famílias assentadas no circuito econômico regional, espaço no qual passam a desenvolver mais fortemente suas estratégias políticas e econômicas.

De acordo com Ferrante (2012), os assentados aparecem sempre como sujeitos, mesmo que muitas vezes em posição de subalternidade, porém com

presença ativa e desenvolvendo estratégias, mais ou menos coerentes, de possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Por vezes, é verdade, parecem tão somente submergir num sistema de controles e de poderes que os aniquilam. Falar nas tensões sociais constituintes do espaço social dos assentamentos significa abordar essa realidade, destacando as resistências e acomodações que são empiricamente verificadas na construção das relações entre os distintos atores sociais presentes no contexto sócio-econômico e político estudado.

Nesse sentido, é possível afirmar que a implementação do PAA instrumentalizou as famílias assentadas na busca de estratégias individuais e coletivas em meio a um contexto específico de disputas e conflitos. Situação esta, que não é restrita somente ao Assentamento Sepé Tiarajú (embora as respostas a tal situação seja peculiar), como analisa a autora:

O cotidiano dos assentamentos mostra um complexo cenário em que a construção de lealdades, de rearranjos na sociabilidade comandados por relações de parentesco, de vizinhança e de filiação religiosa é atravessada por mecanismos de poder (...) ao mesmo tempo, homens e mulheres assentados buscam autonomia econômica e política desenvolvendo estratégias em meio a contextos regionais com características específicas (FERRANTE, BARONE. 2008).

Corroborando com os autores, o Programa possibilitou maior aproximação entre as famílias assentadas no Sepé Tiarajú e as famílias urbanas, especialmente aquelas dos municípios de Serrana e Serra Azul, bem como contribuiu para que deixassem de viver "ilhadas" e passassem a assumir a condição de munícipes, traduzidas no uso dos serviços oferecidos pela cidade (para além das escolas e hospitais), na participação da vida política desses espaços (os assentados influenciam significativamente nos resultados eleitorais do município de Serra Azul, bem como alguns já participam na condição de candidatos) e criando novos circuitos econômicos (garantem outras rendas para além do Mercado Institucional, a partir das Feiras Municipais).

Outra razão (para controle político do PAA quando da sua gestão) era da gente ter um contato com aqueles que tavam recebendo os produtos nas entidades. Então passamos a acumular (politicamente) para um grupo que nós fazia parte (a cooperativa). Sem terra já é visto como discriminado

(...) isso ajudou a gente a ser visto como cidadão lá fora também. Assentado, 40 anos.

As pessoas (moradoras da cidade), agora que a gente entrega o PAA e Merenda (PNAE), quando a gente chega lá (na cidade) a gente não é mais visto como um bicho do mato, como era de primeira. Agora a turma tem diálogo com a gente, todo mundo. Assentado, 52 anos.

Hoje em dia tá mais fácil, você mesmo vai lá na cidade e resolve o problema da sua cooperativa. Hoje as famílias quando você chega na cidade, já identificam você e perguntam do projeto. Então melhorou muito. Assentado, 48 anos.

Se a gestão do PAA e a formação das quatro organizações sociais no assentamento, mesmo com certos bloqueios, possibilitou que a vida material e imaterial das famílias assentadas fosse regida por um novo conjunto de valores e princípios – que implica outro conjunto de práticas cotidianas objetivas e subjetivas e, que atuam nas diferentes dimensões da vida humana, transformando, assim, o comportamento político, produtivo e moral de homens e mulheres assentados, de acordo com o modo como desejam levar a vida – também é verdade que as liberdades instrumentais conquistadas (mesmo que parcialmente) têm possibilitado novos funcionamentos para cada um desses sujeitos e suas famílias, a partir de garantias como: alimentar-se melhor, cuidar da saúde, voltar a estudar, ter momentos de lazer e etc.

A cooperativa começa um desafio que é o de se capacitar para a gestão dela, esse desafio é tão importante que começa a tirar a gente do pensamento que a gente é inútil. Começa a dar a visão de que a gente também tem que voltar a estudar, voltar a se qualificar. Assentado, 40 anos.

De maneira geral, o PAA está reorganizando nossa vida para o futuro. O pequeno agricultor, ele tem mais dignidade agora. Ele pode por a mão no bolso e, mesmo que pouco, pode comprar aquilo que ele quer comer. A gente já pode ir no supermercado e fazer as compras de mês, que não podia antes. Assentada, 64 anos.

A gente tem mais condições de comprar uma coisinha pra casa, que antes

era mais difícil. A gente pôde comprar uma geladeirinha mais nova, que antes tava difícil, né? (risos) Temos mais condição de ter uma alimentação melhor, né? Às vezes comprar remédio também. Houve bastante melhoras. Assentada, 62 anos.

Além de tá produzindo mais e comendo melhor, hoje já tenho condição de passear com meus filhos que são pequenos. A gente vai no shopping, no cinema, já fomos no parque aquático. Até consegui visitar minha família (que mora no Paraná). Assentada, 30-35 anos.

Esses novos funcionamentos podem ser considerados como uma condição resultante do aumento da renda familiar, que apresenta tanto um caráter instrumental para o desenvolvimento das capacidades dos homens e das mulheres assentadas, como também um caráter de produto desse desenvolvimento. Contudo, retomando Sen (2010), essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida, tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduziria a um maior poder de auferir renda, e não o inverso.

A partir deste contexto, buscou-se compreender as diferenciadas estratégias econômicas adotadas pelas famílias assentadas e suas organizações, bem como o processo de geração e transformação mútua de capacidades e rendas, reflexões estas que serão apresentadas a seguir.

O PAA no circuito dos sistemas produtivos e de geração de renda

A dimensão produtiva e econômica do Assentamento Sepé Tiarajú está intrinsecamente alicerçada em seu processo de formação e implantação, por duas razões: primeiramente, pela importância dos debates realizados pelo MST acerca do paradigma que envolve a matriz tecnológica do campo brasileiro juntamente às famílias, quando ainda eram acampadas; e, não menos importante, podendo, inclusive, ser considerada como uma resultante da primeira condição, a opção da modalidade de assentamento, por se tratar de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

Deste modo, as reflexões que seguem acerca das dinâmicas produtivas e econômicas impulsionadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos, que podem ter refletido em certos momentos em maiores ou menores liberdades para as

famílias assentadas, devem necessariamente ser compreendidas como um processo evolutivo que se deu juntamente com a organização do assentamento, num contexto de estratégias individuais e coletivas frente aos conflitos e bloqueios vivenciados.

Como já mencionado anteriormente, CONCRAB (1998), o MST compreende que o processo de formação do assentamento se inicia ainda no processo de luta pela terra, ou seja, nos acampamentos. A partir de sua estrutura orgânica – oito setores (Frente de Massas, Formação, Educação, Saúde, Gênero, Comunicação, Direitos Humanos e Produção, Cooperação e Meio Ambiente) e um coletivo (Relações Internacionais) – o MST, de modo geral, busca elaborar e implementar estratégias de enfrentamento ao Capital, tendo como alvo focal o Agronegócio, e sua territorialização. Nos acampamentos esta estrutura organizativa não é diferente, embora nem todos os setores e coletivos sejam formados, especialmente o Setor de Direitos Humanos e o Coletivo de Relações Internacionais.

O debate acerca da matriz tecnológica, pautado pela agroecologia e pela cooperação, é realizado pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. É neste momento que parte significativa das famílias assentadas tem o primeiro contato com o tema da agroecologia e, inicia a sua incursão pelas experiências em cooperação.

Para além do cunho ideológico que permeia a opção do MST pela agroecologia, também há, obviamente, a compreensão de que tal matriz seja capaz de promover o desenvolvimento dos assentamentos em bases sustentáveis, a partir de relações sociais e econômicas justas, bem como práticas agropecuárias conservacionistas. Nesse sentido, a aceitação por parte das famílias acampadas da proposta agroecológica como eixo condutor do processo de organização do assentamento nunca se apresentou como um elemento de conflito no Sepé Tiarajú – especialmente por se tratar de uma área de grande importância ambiental, pelos pontos de afloramento do Aquífero Guarani – confluindo, assim, para opção de formar um Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

Pautado pelos compromissos firmados coletivamente, juntamente às famílias assentadas, MST e Ministério Público, quando da formalização do assentamento – e que foram manifestadas, mais tarde, no TAC – o INCRA, a partir de uma parceria com a EMBRAPA Meio Ambiente, iniciou em 2005 o desenvolvimento de um conjunto de ações de pesquisa e capacitações em práticas agroecológicas, que resultou, no ano seguinte, na implantação de uma Unidade de Observação Participativa (UOP) de Sistemas Agroflorestais em uma área coletiva do

assentamento, pelo qual as famílias participaram de mutirões de implantação e formação do Sistema Agroflorestal.

As atividades desenvolvidas pela EMBRAPA no Sepé Tiarajú, através da parceria com o INCRA, quando da implantação do projeto "Capacitação Socioambiental para a Construção de Projetos de Desenvolvimento Sustentável em Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo", também tiveram o apoio da CCA/SP, então conveniada do INCRA para prestar os serviços do Programa de ATER no Estado de São Paulo, do Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, da Direção Regional do MST e das famílias assentadas.

Entre os anos de 2005 e 2008 foram realizadas capacitações, visitas de intercâmbio e diagnósticos, contribuindo não somente para a construção do conhecimento agroecológico, especialmente por parte das famílias assentadas, como também os alicerces do que viriam a ser os sistemas produtivos do assentamento. Do mesmo modo que o processo de formação sobre as práticas agroecológicas, a vida das famílias também seguiu seu curso, pois cada uma passou a preocupar-se com questões como: localização dos lotes, construção das casas, acesso aos primeiros créditos e etc., relegando, na maioria dos casos, as atividades desenvolvidas pela EMBRAPA a um plano de baixa prioridade. Assim, quando da implantação dos SAF's nos lotes, já em 2009, muitas das famílias assentadas, por essas e outras razões, deixaram de participar do projeto. Cabe lembrar que, neste período as relações entre as famílias assentadas, a Direção Regional e o INCRA já estavam muito esgarçadas, o que levou a não mais participação do MST⁶ nas atividades desenvolvidas no assentamento.

Ainda que a adesão das famílias ao projeto, e conseqüentemente a implantação dos SAF's em seus lotes, tenha sido comprometida pelos bloqueios vivenciados quando da implantação do assentamento, os princípios agroecológicos trabalhados pela EMBRAPA ao longo dos anos seguiram orientando a implantação e manejo dos sistemas produtivos do assentamento.

Ao analisar os resultados de um levantamento realizado no Sepé Tiarajú entre os anos de 2007 e 2008 pela equipe do Núcleo de Agroecologia da EMBRAPA Meio Ambiente, que envolveu 32 famílias, ou seja, 40% do total do assentamento,

⁶Vale explicar que as famílias assentadas não negam sua história de luta e, de certo modo, pertença ao MST. No entanto, discordam das concepções e postura política da Direção Regional o que, invariavelmente, nesta região e também em outras regiões, as colocam na condição de assentadas e não mais de militantes da reforma agrária, segundo o entendimento do próprio MST.

Ramos Filho et al. (2008) destacam que a maior parte dos entrevistados (84,3%) participou das atividades relativas ao manejo de SAFs desenvolvidas no projeto coordenado pela Embrapa. Deste grupo de participantes, uma ampla maioria (81,5%) respondeu que sua participação nas atividades do projeto influenciou sua maneira de produzir.

Ainda de acordo com os autores, em termos do manejo agroecológico observado nos lotes, constatou-se que grande parte dos solos está sempre protegida por restos de cultivo ou plantas espontâneas. Os entrevistados afirmaram que esta prática evita o processo de erosão; a fertilização é realizada totalmente com insumos orgânicos, utilizando principalmente restos dos cultivos (53%) e adubos verdes (47%), prática igualmente mais utilizada para o controle das espécies espontâneas (IDEM).



Figura 1 – Consórcio entre bananeira e mandioca.



Figura 2 – Assentada colhendo feijão de porco.



Figura 3 – Assentado no SAF mostrando frutífera.

Fonte: Núcleo de Agroecologia da Embrapa Meio Ambiente.

As pesquisas revelam que, após nove anos da implantação do assentamento, os princípios agroecológicos ainda se mantêm presentes quando da orientação da produção agrícola. Das 13 famílias entrevistadas, ou seja, 16% do total do assentamento – que juntas representam as quatro organizações sociais do assentamento, bem como os quatro Núcleos de Moradia – 100% afirmam desenvolver práticas agroecológicas em seus sistemas produtivos e destas, 31% possuem SAF's bem desenvolvidos. Embora haja famílias (69%) que dizem não ter feito a opção pelo SAF, é importante destacar que estas desenvolvem sistemas de cultivos consorciados, nos quais são intercaladas fileiras de espécies frutíferas com faixas de cultivos anuais ou perenes.

O diagnóstico realizado pelo Núcleo de Agroecologia ainda apontou que quando questionados sobre as atividades já desenvolvidas nos lotes, ou aquelas que desejariam implantar, foram mencionadas: frutíferas (90,6%), mandioca (68,8%), banana (68,8%), café (59,4%), olerícolas (31,3%), milho (31,3%), aves (28,1%), palmito (18,8%), abóbora (15,6%), suínos (12,5%), coco (12,5%), bovinos (12,5%) e caprinos (6,3%). Esses números já sinalizavam a constituição dos sistemas produtivos do Sepé Tiarajú que tem como "carros-chefes" a produção de banana (banana maçã, banana, prata e banana terra) e mandioca, bem como diversas frutíferas ainda em fase de formação. Ainda de acordo com Ramos et al. (2008), a produção de excedente para o mercado era o principal objetivo das famílias entrevistadas (93%), enquanto apenas 7% tinham no autoconsumo seu objetivo principal. Esta condição é explicada pela possibilidade de comercialização já presente para as famílias assentadas naquela época a partir da execução do PAA.

Embora as características físico-químicas dos solos do Sepé Tiarajú sejam propícias para o cultivo da banana e da mandioca, estas não foram as principais condições impulsionadoras para o cultivo destas culturas. Como visto anteriormente, quando questionadas sobre o planejamento da produção – o que se desejava implantar, ou aquilo já havia sido implantado – muitas atividades produtivas foram mencionadas. No entanto, atualmente, nem todas estão presentes no assentamento e, quando estão, não atingem fortemente o mercado.

É possível afirmar que a consolidação do cultivo da banana e da mandioca se deu pela conjunção de quatro fatores: o primeiro, e mais preponderante, a limitação da água para irrigação; o segundo, a aceitação de tais produtos no PAA; o terceiro, a reduzida demanda de recursos financeiros para sua implantação; e por último, mas não menos importante, a baixa demanda de informações técnico-científicas, limitadas tanto pela atuação das equipes de ATER, quanto pelas

vocações dos homens e mulheres assentados.

Embora tenham sido apontados fatores limitantes à implantação e consolidação das atividades produtivas, seria equivocados compreendê-los isoladamente, descontextualizados, ou como uma condição singular do PDS Sepé Tiarajú. Trata-se, na verdade, de bloqueios estruturais ao desenvolvimento das capacidades individuais (e coletivas) das famílias, comprometendo assim, o desenvolvimento geral de suas liberdades.

A Política Nacional de Reforma Agrária, distante de ser uma estratégia do Estado brasileiro com vistas à democratização social, econômica e política do país, se apresenta como uma ação reduzida de formação de assentamentos frente às pressões exercidas pelos Movimentos Sociais de luta pela terra. Neste contexto, as políticas voltadas para a implantação dos assentamentos e seu desenvolvimento sofrem distorções tanto em seus conteúdos, quanto em sua implementação, como analisa a assentada:

Os créditos que a gente pegou foi mal usado. O PRONAF foi mal usado, o custeio foi mal usado, o fomento foi mal usado. Já começou errado (...) o PRONAF veio junto com a obra das casas, aí foi aquela confusão. Aí veio a obra da casa, o PRONAF, mas não tinha água. Então, a gente fez tudo errado. Investimento não vai vir mais, o que é que a gente faz? A maioria tá devendo no banco e quem não tá devendo, não tá conseguindo pegar outro PRONAF por causa da posse da terra. Assentada, 39 anos.

Historicamente, a agricultura familiar vem sofrendo com o descaso do Estado perante a falta de políticas públicas voltadas para a objetivação da produção da sua vida material. Após o PRONAF, que mesmo com todos os limites simbolizou um avanço no campo das políticas específicas para a agricultura familiar, o PAA se consolida como a principal política de desenvolvimento desta categoria social, que para além de possibilitar a comercialização, evidencia e impulsiona o desbloqueio ao acesso a direitos elementares até então não garantidos, como aponta Nivaldo Maia, Gerente de Operações da CONAB, Superintendência de São Paulo, ao discorrer sobre a implantação do Programa em comunidades rurais do estado:

O PAA, quando a gente começou a trabalhar e abrir o direito do cidadão que tem a DAP, expôs uma série de mazelas do poder público. Nós chegamos a lugares onde a pessoa não tinha documentos, a pessoa não tinha CPF, ou

ela tinha todos os documentos em ordem, mas a posse da terra não estava regularizada. Quando a posse da terra estava regularizada, ele (agricultor) não tinha água, não tinha estrada. E quando tinha tudo isso, às vezes não tinha cooperativa, não tinha uma organização da qual ele participasse. Nivaldo Maia, Gerente de Operações da CONAB/SP.

No caso específico do Assentamento Sepé Tiarajú, a aplicação dos principais créditos – ou seja, aqueles voltados para a estruturação do assentamento (abertura de estradas, captação e distribuição de água, construção de casas e etc.) e implantação das atividades produtivas (Fomento e PRONAF A e, posteriormente A/C) – para além do descompasso temporal inerente à sua implementação, das interferências políticas que desestabilizaram as relações entre os diferentes atores envolvidos no processo de implantação e desenvolvimento do assentamento, se deu na perspectiva da formação de um projeto sustentável.

Deste modo, dentre as contradições vivenciadas pelas famílias do Sepé Tiarajú, vale ressaltar aquelas inerentes ao desenvolvimento das atividades produtivas, alicerçadas em práticas sustentáveis, e fomentadas por políticas elaboradas para a implantação de sistemas convencionais de produção. Dentre tais contradições se destaca a política creditícia que, a partir de suas normativas e compreensão de seus agentes, colocou as famílias assentadas na situação de inadimplência após 4 anos de formação do assentamento, quando da perda da produção de mandioca por uma rara doença causada pela ação de bactérias, condição que deveria ser assegurada pelo PROAGRO, e não o foi pela falta de comprovantes de aplicação do recurso proveniente do PRONAF A/C, tais como notas fiscais de insumos químicos e agrotóxicos. Do mesmo modo, aquelas famílias que não se encontram inadimplentes, cuja quitação da dívida fora possível, não conseguem novos créditos, mais facilmente acessados pelos agricultores familiares que possuem o título de propriedade da terra.

Neste sentido, outros arranjos – de ordem produtiva e econômica – foram sendo redesenhados pelas famílias assentadas como estratégias de sobrevivência, tendo em vista que aqueles sistemas inicialmente implantados, especialmente a fruticultura, foram perdidos seja pelas secas severas, seja pelo baixo nível de orientação técnica conferida pelas equipes de ATER, seja pela quase nula compreensão de como produzir, tendo em vista que as famílias eram majoritariamente urbanas, condições que impuseram certos constrangimentos como o causado quando da perda das mudas de frutíferas pelo ataque de saúvas (que não podiam ser combatidas por venenos e não havia orientação de medidas

agroecológicas eficazes).

Com isso, não se pretende desconsiderar a importância da perspectiva da sustentabilidade ambiental contida na concepção dos PDS's, mas sinalizar que do modo como as políticas voltadas para a implantação e desenvolvimento dos assentamentos estão concebidas, o desenvolvimento econômico das famílias assentadas passa a enfrentar um conjunto muito mais amplo de bloqueios estruturais do que aquelas assentadas em projetos tradicionais.

Todavia, se as experiências anteriormente vividas pelas famílias assentadas e a diversidade sociocultural puderam instrumentalizá-las na busca de alternativas para a melhoria da condição de vida no tocante às dimensões social e política, também se tornou condição verdadeira para a redefinição dos principais sistemas produtivos do assentamento (banana e mandioca), possibilitada pela abertura de mercado a partir do PAA.

O início foi muito difícil (da vida no assentamento e da participação no PAA), porque a nossa produção era muito precária. Agora não, agora melhorou muito, a gente foi aprendendo a produzir com o tempo, conforme os anos foi passando. Assentada, 39 anos.

A partir da vivência no assentamento, bem como pelos relatos dos entrevistados, é possível afirmar que o perfil urbano das famílias não trouxe prejuízo para o Projeto de Assentamento, pois 100% das famílias entrevistadas afirmam participar do PAA, com integralização de suas cotas. As mesmas afirmam participar do PNAE, mas não conseguem integralizar as cotas.

De modo geral, o PAA se apresenta como um indutor à organização da produção e ao processo gestor das organizações sociais. Quando questionados sobre tal questão, 100% das famílias assentadas apontam que o PAA cumpriu função organizadora, criando condições, inclusive, para a participação das famílias no PNAE.

De acordo com o Gerente de Operações da CONAB no estado de São Paulo, o PAA é perfeito em sua concepção, pois otimiza recursos ao enfrentar a situação de insegurança alimentar de populações urbanas socialmente vulneráveis, ao mesmo tempo que gera renda para os agricultores familiares, pagando preços justos pelos seus produtos. Contudo, sinaliza que sua operacionalização, por se tratar de uma ação interministerial, sofre interferências de ordem técnica e política em diferentes âmbitos (federal, estadual e municipal), necessitando ajustes. No âmbito local aponta duas medidas importantes:

a primeira seria a maior participação das Prefeituras Municipais, estimulando a formação de Conselhos Municipais que possam compor uma rede local de segurança alimentar, e responsabilizarem-se pelo apoio logístico e pelo controle social; e a segunda, a qualificação da gestão social do Programa, com assistência técnica voltada não apenas para o plantio, ainda que se precise fazer algumas coisas. E juntar recursos para que se capacite as organizações para a gestão de contratos. Nivaldo Maia, Gerente de Operações da CONB/SP.

Ainda que tal análise proceda no que tange a necessidade de intensificar a participação das Prefeituras nos locais cujos projetos vêm sendo desenvolvidos. Esta tende a incorrer no risco de reduzir a complexidade que é o processo de desenvolvimento das comunidades rurais, nesse caso específico, dos assentamentos.

A qualificação do processo gestor das organizações sociais e de Programas como o PAA e o PNAE deve ser dada pela articulação de diferentes políticas (ATER, ATER Mais Gestão, Terra Forte, PRONAF's e etc.), e não apenas pela reformulação do PAA, de modo que estas estimulem a verdadeira instrumentalização (política, econômica e técnica) das famílias produtoras de alimentos. As políticas de fortalecimento da agricultura familiar são existentes, mas em sua maioria são carregadas de distorções que implicam bloqueios à implementação umas das outras e, conseqüentemente, ao desenvolvimento das comunidades nas quais são implementadas.

As famílias do PDS Sepé Tiarajú, ao serem questionadas sobre os bloqueios ao desenvolvimento da comunidade, demonstram ter muita clareza sobre a realidade na qual estão inseridas quando apontam os limites para a participação (consolidada) no PNAE – mercado muito mais rígido do que o PAA. As famílias entrevistadas mencionam que os limites para a integralização das cotas anuais repousam tanto sobre a própria política de alimentação escolar, especialmente a definição dos cardápios, que nem sempre valorizam os produtos locais, quanto, e, sobretudo, as políticas de assentamento, tais como: a falta de água, a falta de investimentos, a falta de agroindústrias e a falta de acompanhamento permanente das equipes de ATER aos sistemas produtivos das famílias e às suas organizações sociais, que de acordo com o PNATER, não consiste em Assistência Técnica Integral.

Pra avançar mais precisava que o Superintendente do INCRA vesse, porque

nós já fizemos reunião em São Paulo lá com ele no INCRA e ele prometeu trazer o encanamento de água, que já tava tudo certinho, que era pra prefeitura ver o lugar pra pôr os encanamentos e até agora tá tudo na mesma coisa (...) a assistência técnica também tá muito ruim, teve melhor, mas caiu de novo. Tem um outro fator que talvez na gestão de agora, pra além do PAA, seja mais limitante na merenda, hoje em dia não podemos entregar na merenda escolar, igual em São Carlos, porque nós não temos uma estrutura, uma empacotadeira à vácuo para nós empacotar as mandiocas pra poder levar pra lá. Nós não temo um lugar adequado pra embalar, uma estufa, uma climatizadora pra nós colocar e congelar e sair e levar. Então, a estrutura tá faltando muito. Assentado, 48 anos.

Que a parte do INCRA eles também fizesse o que tem que ser feito. Como no caso da rede d'água, até hoje eu tenho que buscar água lá no reservatório pra gente tomar. Na época da seca pára tudo. Você quer fazer um canteiro, mas não adianta fazer porque não tem água. As bananas diminuem a produção, um monte de coisas que sem água fica impossível de fazer (...) se tivesse água, faz um gotejamento, porque a gente sabe como fazer, mas não tem como fazer né? O INCRA vem prometendo, prometendo e nunca sai. Assentado, maior de 60 anos.

Ainda falta a construção da agroindústria, a construção da produção coletiva, do produto processado que a gente não tem (...) pensar que as nossas famílias vão trabalhar e tirar a renda do próprio assentamento, sem precisar ir pra fora. Assentado, 40 anos.

Neste sentido, compreender as dinâmicas vivenciadas pelas famílias do PDS Sepé Tiarajú, requer considerar que os bloqueios estruturais anteriormente citados as privam de desenvolver plenamente suas capacidades e, assim, garantir suas liberdades gerais. Contudo, neste cenário, o PAA se colocou como elemento catalisador de determinadas efetivações (de ordem política e social), produtos destes mesmos bloqueios, e que isoladamente não resultavam em certas habilitações. Esse processo resultou num conjunto de liberdades instrumentais que transformaram, e ainda transformam, tanto objetiva, quanto subjetivamente, a vida das famílias assentadas, como pode se observar nas falas abaixo:

Assim que chegou o PAA, R\$30,00 ou R\$40,00 que se ganhava na época,

nossa! (Recorda-se emocionado) Você exagerava, às vezes comprava 1kg de linguiça que fazia tempo que não comia. Era um tal de comer só abóbora, comer mandioca, comer quiabo (...) a gente não tinha nenhuma renda. Assentado, 63 anos.

Quando a gente foi fazer o projeto do PAA, avançou tanto o assentamento que mostrou no meu pensar a capacidade dos produtores de produzir, sabendo que tinha pra onde vender. Então, assim, a gente se desafiou. O Projeto não é grande, o valor é pequeno, mas foi um incentivo para o produtor produzir. E a gente aprendeu. Assentada, 39 anos.

Atualmente, as famílias assentadas desenvolvem estratégias individuais e coletivas frente aos limites de seu desenvolvimento econômico. Com vistas ao atendimento do PAA, na maioria dos casos sem a possibilidade de irrigação, as famílias entrevistadas relatam que planejam a produção em função dos períodos de chuvas e de seca, a partir dos quais entregam produtos como: alface, almeirão, acerola, abóbora, abobrinha, abacate, banana maçã, banana prata, banana terra, berinjela, batata doce, couve, cheiro verde, feijão de corda, feijão guandu, jiló, laranja, limão, mandioca, mamão, maracujá, mexerica, milho verde, quiabo. O PNAE, por se tratar de um mercado mais rígido, que determina a demanda de produtos em cada período do ano letivo (produtos e quantidades), absorve especialmente verduras, banana e mandioca, insuficientes para a integralização das cotas. Há aqueles que participam de Feiras Municipais, cujos produtos têm grande aceitação, conferindo renda complementar.

As pesquisas apontam elementos para a compreensão dos significados que as famílias assentadas atribuem às suas experiências de vida, especialmente aquelas desenvolvidas no espaço temporal que proporcionou a vida no Sepé Tiarajú, sobretudo na sua fase de assentamento. Sendo possível levantar um conjunto de significados, motivações, expectativas, valores e atitudes, de modo a contextualizá-los nos processos vividos coletivamente pela comunidade. Nesse sentido, as famílias entrevistadas foram questionadas sobre a noção de liberdade e expectativas futuras frente à condição de vida que levam hoje, cujos relatos foram:

Liberdade que a gente pode dizer num sentido assim, que a gente pode comprar mais coisas, se alimentar melhor (comprar o que não produz), de tá sem dívidas, tô pagando direitinho o PRONAF. Então, vejo resultado no

meu trabalho. Assentado, mais de 60 anos.

Com a vinda do PAA nós tivemos muito mais liberdade, porque tivemos a liberdade de poder comprar, a liberdade de poder falar, porque você está participando de uma cooperativa, a liberdade de expressão, né? A nossa vida melhorou muito com o PAA, a gente tem muito mais liberdade do que na época do acampamento. A gente era completamente excluído, hoje não. Assentada, 64 anos.

A liberdade é eu poder expressar o que sinto em qualquer espaço da sociedade. A maior liberdade é se sentir dono daquilo que se faz. Assentado, 40 anos.

Liberdade é eu plantar, é eu colher, é eu vender. Essa pra mim é a liberdade. Eu posso falar que eu tenho essa liberdade. Assentado, 62 anos.

Liberdade eu acho que é a coisa fundamental para o ser humano. É eu não gaguejar enquanto falo contigo, não me sinto constrangido por ter que falar. Nós já temos saúde que é outra liberdade. Vivemos em segurança. Eu, pessoalmente, estou me reencontrando, depois que vivi muito tempo numa faixa de exclusão, isso pode ser liberdade. Assentado, 63 anos.

As diferentes falas apontam para um cenário crescente de satisfação frente às liberdades conquistadas. Liberdades estas possibilitadas, sobretudo, pela renda auferida com o advento do PAA, sendo esta considerada a renda principal por 77% dos entrevistados, e pelos outros 23% complementar à renda auferida pelo PNAE ou pelo mercado regular. Contudo, as falas dos entrevistados não apontam um sentimento de resignação frente à condição de vida atual, pelo contrário, ao tratarem das expectativas futuras discernem os bloqueios às suas liberdades gerais, ou seja, ao modo de vida que desejam ter. Nesse contexto, no que se refere à atuação do Estado, já se demonstram pouco crentes em transformações profundas, e veem no mercado a chance de seguirem lutando e dando novos contornos para a vida futura.

Assim, dentre as estratégias familiares e coletivas elaboradas pelas organizações sociais para ampliarem suas liberdades se destaca o PNAE, cujo foco central repousa sobre a agregação de valor possibilitada pelo processamento mínimo dos vegetais e pela fabricação de panificados, trabalho desenvolvido

especialmente pelas mulheres. Neste novo contexto, que para além de tornar a revelar bloqueios estruturais já mencionados, são revelados também os conflitos existentes na participação efetiva das mulheres nas atividades produtivas geradoras de renda, condição intrínseca à expansão das liberdades gerais de um grupo social, como trataremos a seguir.

O PAA e as mulheres assentadas

Embora as pesquisas não tenham tido a pretensão de discutir a questão de gênero no PDS Sepé Tiarajú, foi possível notar que, assim como em outros assentamentos rurais, a condição de subalternidade das mulheres se faz presente. Certamente, neste caso específico, há aquelas que durante o processo de luta desempenharam tarefas voltadas para a promoção da educação, da saúde, e etc. das famílias acampadas, bem como participaram de instâncias como Coordenações de Núcleos e Coordenação Geral do Assentamento, como propõe o MST. Contudo, tais orientações foram e ainda são insuficientes para alterar profundamente os papéis sociais, políticos e econômicos das mulheres assentadas.

Sem a pretensão de tipificar as mulheres do Assentamento Sepé Tiarajú, é possível apontar situações e papéis desempenhados pelas mesmas cotidianamente:

- há aquelas idosas, cujos filhos já se foram, e compartilham a vida com o marido;
- há aquelas idosas e viúvas, cuja família ampliada (filhos e filhas e cônjuges, netos e outros agregados) sobrevive da renda auferida a partir dos Programas Institucionais;

- há aquelas mais jovens, com muitos ou poucos filhos, cuja dedicação está voltada para o trabalho reprodutivo e produtivo;

- há também aquelas, jovens ou de mais idade, que trabalham fora (como diaristas ou assalariadas do setor de serviços) e ainda assumem o trabalho reprodutivo;

- e aquelas cuja vida conjugal fracassou e enfrentam processos administrativos para garantirem, mais uma vez, o direito à terra e aos outros benefícios garantidos por lei.

Convictos de que o desenvolvimento econômico familiar passa, sobretudo, pelas iniciativas coletivas, homens e mulheres assentadas do Sepé Tiarajú têm como estratégia o processo de agroindustrialização de seus produtos. Contudo, outros bloqueios são identificados.

Durante as pesquisas realizadas, as mulheres apontaram que o fracasso das iniciativas coletivas de panificação e agroindustrialização (processo artesanal) se deu por não saberem separar questões pessoais, de questões profissionais, o

que gerou muitos conflitos entre as sete mulheres. Já os homens, durante as entrevistas, mencionaram que as mulheres não estavam habilitadas a assumirem uma atividade de tanta responsabilidade, faltando conhecimentos sobre boas práticas de fabricação, de gestão e até mesmo de relações humanas. Também mencionam que os conflitos podem ter surgido pelo fato de algumas mulheres nunca terem participado de processos de formação política, estando acostumadas com o regime autoritário da relação patrão-empregado e, ao reproduzirem tal relação no grupo fizeram com que o mesmo ruísse.

Por mais que não sejam conclusivas, as experiências trazidas pelos homens e mulheres envolvidos nas pesquisas realizadas no assentamento, podem sinalizar que assim como o Estado e suas políticas, e o Mercado podem se apresentar ora com indutores do desenvolvimento, ora como bloqueios estruturais a este, bem como as experiências dos sujeitos envolvidos nos processos de desenvolvimento, neste caso homens e mulheres assentadas, podem também ser uma condição estrutural de bloqueios, sobretudo quando seus papéis, para além de não serem bem definidos, são estabelecidos sob condição de sujeição. Como afirmou Sen (2010, p.263) "nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do "desenvolvimento como liberdade".

Considerações Finais

Este artigo buscou apresentar as contribuições do PAA, sobretudo a partir de sua gestão social, para o processo de desenvolvimento - aqui entendido como expansão das liberdades (SEN, 2000), Para tanto, foram apontadas as estratégias individuais e coletivas lançadas pelas famílias assentadas na busca pela consolidação de suas experiências de desenvolvimento (cultural, social, econômico e político) no âmbito local (comunitário) e, possivelmente territorial – envolvendo os municípios que o abrigam – bem como os bloqueios e as perspectivas deste processo.

A pesquisa realizada e análise das informações levantadas apontam que a perspectiva ambiental da modalidade de assentamento, ou seja, o fato de ser um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, não é o que o torna um caso diferenciado frente aos outros assentamentos da região e que tem despertado interesse na comunidade acadêmica. Mas sim, as estratégias individuais e coletivas desenvolvidas pelas famílias frente a um conjunto de bloqueios estruturais, em dada medida, agudizados pela formalização da preocupação ambiental, expressa

no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

O esforço permanente em desenvolver práticas sustentáveis de produção tem sido condição resultante muito mais da vontade das famílias, do que da ação de uma assistência técnica continuada, que juntamente com a política creditícia voltada para o público da Reforma Agrária, se apresenta como um dos principais bloqueios estruturais ao desenvolvimento dos assentamentos rurais. Contudo, aquelas condições que se apresentam como limitantes ao desenvolvimento, também podem estimular, sobretudo, a partir da necessidade de profundas mudanças no cenário político, social e econômico, a dinamização de dadas capacidades que, por sua vez, podem estimular o desenvolvimento de liberdades instrumentais. Assim se apresentou o PAA, que a partir da garantia de compra dos produtos das famílias e da participação das mesmas em sua gestão, estimulou dinâmicas que contribuíram para a minimização de interferências na transformação da renda em capacidades e no desenvolvimento de liberdades instrumentais.

Ainda que o PAA tenha se apresentado como um indutor de novos funcionamentos e refletido em saldos positivos para as estratégias (individuais e coletivas) das famílias assentadas, são necessários ajustes como: maior divulgação, ajustes de preços e aprimoramento do controle social, evitando desvios de finalidade; e qualificação da gestão, a partir do envolvimento e diálogo de um conjunto mais amplo de atores.

Há que se acrescentar que as mulheres, aparentemente sem participação ativa nos circuitos do PAA – com exceção das famílias monoparentais "chefiadas" por mulheres, perspectiva formalmente aberta, mas não necessariamente viabilizada, por outros bloqueios, dentre os quais a idade avançada – sofrem limitações não explicitamente decorrentes das desigualdades de gênero. Contudo, devemos apontar que a participação das mulheres na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento é condição *sine qua non* à expansão das liberdades.

Ainda há que se acrescentar que as perspectivas de agroindustrialização dos produtos das famílias assentadas – tanto para o atendimento das demandas do mercado institucional como o PNAE, quanto para inserção em mercados regulares mais sofisticados, para além das feiras municipais – estão submetidas a outros bloqueios que passam por arranjos políticos, sobre os quais os homens e mulheres assentados não têm controle.

Diante de tais considerações, foi possível constatar que a conformação de novos arranjos sociais, políticos, produtivos e econômicos têm contribuído para o desenvolvimento da comunidade – ainda que existam bloqueios – possibilitado

pela ampliação das liberdades individuais e coletivas dos homens e mulheres assentados e suas organizações sociais, estabelecendo, assim, novas relações (sinérgicas) intra-comunidade e da comunidade com os atores externos.

Devemos mencionar que as condições analisadas no Assentamento Sepé Tiarajú não são exclusivas a essa comunidade, uma vez que os mesmos bloqueios vivenciados por esta, também o são em outras, sejam elas um PDS ou não. O que é preciso discernir são as respostas dadas a tais bloqueios – as possibilidades encontradas pelas famílias assentadas que ao se transformarem em atitudes, podem conferir maior ou menor liberdade.

Referências

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a "trama de tensões" em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA/Nead, 2008. p.272-308.

_____. Um retrato dos bloqueios e perspectivas dos assentamentos do Estado de São Paulo. XV Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais Pré-Alas Brasil. Teresina/PI, 2012. In: **Anais...**, Teresina/PI, 2012.

GRISA, C. **Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Porto Alegre, 2009. 22p.

GONÇALVES, J.C. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável? A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Depto. de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

MATTEI, L. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM** (UnB), Brasília, v.7, p.33-44, 2007.

RAMOS FILHO, L.O. et. al. **Sistemas Agroflorestais e Transição**

Agroecológica: o caso do Assentamento Sepé Tiarajú, Região de Ribeirão Preto, Brasil, 2008.

SCOPINHO, R. A. Em busca de "elos perdidos": projetos de assentamentos e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.12, n.2, USP, p.257-270, 2009.

_____. O processo organizativo do Assentamento Sepé Tiarajú - SP: novos ânimos no cenário dos movimentos sociais da região de Ribeirão Preto. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. São Paulo, v34, n.01, Jan/Jun 2007.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TURPIN, M.E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.16(2), p.20-42, 2009.